



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL
DE 2016**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a segunda sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2016;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3- PROJETO DE REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORIFICAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- MINUTA DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ROTA DE ESTRADA NACIONAL 2. APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPECTIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO;

2.6- 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOPS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.7- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2015 DA PROFACADEMUS - ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPESSOAL, LDA, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIÇÃO;

2.8- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2015 DA COMBANIMBA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIÇÃO;

2.9- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2015 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO; APRECIÇÃO;

2.10- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU= PEDIDO DE TOMADA DE DECISÃO DA CRIAÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO COM UNIDADES DE RADIOTERAPIA E DE MEDICINA NUCLEAR NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos tomando o lugar de Presidente da Assembleia Municipal, o 1º secretário César Branquinho, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal, sendo secretariado pelas senhoras deputadas Maria José Nogueira de Sousa Tavares e Urbana Maria Coimbra Sousa.

Participaram também na sessão tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os senhores deputados: Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, José dos Santos Castanheira Neves, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques. Com a presença de vinte e três deputados, treze deputados do Partido Socialista (PS); nove deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos senhores deputados Fernando Paulo Soares Gomes, António José Correia, Márcia Sofia Gonçalves Marques e Luís Miguel Ferreira Marques, faltas que foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

A 1ª Secretária da Mesa, a deputada Maria José Tavares, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal – o primeiro assunto era referente ao relatório VIC Nº 01/2016 – 2ª sessão, um CD-ROOM com o ficheiro do relatório de Verificação Interna de Contas aprovado pelo Tribunal de Contas em sessão da 2ª sessão de dez de março de dois mil e dezasseis – dando cumprimento à notificação ordenada na decisão de recusa de homologação das contas de gerência de 2005/06/06/08/09. Este documento também pode ser consultado no site do Tribunal de Contas, www.tcontas.pt, ou no arquivo da Assembleia Municipal na Câmara Municipal.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM) abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período.

Tomou a palavra o Sr. deputado Rui Jorge Pereira para dizer que o CDS/PP propunha que ficasse lavrado em ata um voto de pesar pelo falecimento do senhor Engenheiro António Galvão Lucas e cuja intervenção constitui o anexo nº 1 desta ata e dela fazendo parte integrante. O Sr. deputado prestou ainda uma homenagem à efeméride do Dia da Mãe, tendo declamado aos senhores deputados um poema acerca da “Mãe”, saudando também todas as mães que vivem e labutam no nosso concelho.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. deputado Luís Artur Pereira que começou a sua intervenção dizendo que estranhava o facto de os membros da Assembleia Municipal não terem sido convidados para o ato oficial das comemorações do 25 de abril, que era uma questão de protocolo, mas apesar disso esteve presente. Depois referiu que o Posto de Turismo esteve encerrado e o Monumento aos Heróis do Ultramar não tinha a água a funcionar no dia 25 de abril, coincidindo com um fim de semana prolongado e bom tempo. Esta situação não dava uma boa imagem aos visitantes. Em seguida, referiu-se ao relatório de gestão da ecopista do Dão em que na introdução se podia ler: na mesma senda foram encetadas novas negociações com as Infra-estruturas de Portugal para solucionar as acessibilidades à Ecopista do Dão - tendo ficado com a ideia que houve algum revés visto o Sr. Presidente da Câmara ter dito que estava em bom andamento. Por estas razões perguntava qual o ponto da situação. O Sr. deputado disse ainda que, no mesmo dia do 25 de abril, falou com dois empresários que fizeram investimento na área da hotelaria e queriam fazer mais e que trazer a ecopista até ao Largo da Estação era muito importante. Também, disse que a ecopista fazia cinco anos e o período de garantia estava quase a acabar e queria saber qual o ponto da situação acerca deste assunto.

Depois tomou a palavra o Sr. deputado Manuel Luís Leitão, começando por dar os parabéns aos cidadãos José Rui Cruz, que assumiu as funções de deputado na Assembleia da República e a João Nuno Mendes que assume a presidência das Águas de Portugal. Outra parte da sua intervenção teve a ver com a decisão acertada de ter apoiado Leonel Gouveia a Presidente da Câmara, o que se estava a refletir no bom rumo que o concelho estava a tomar e cuja intervenção constitui o anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Interveio em seguida o Sr. deputado Marco Varela abordando as questões relativas à Via dos Duques, uma proposta de melhoria do IP3 e a Radioterapia para Viseu e cuja intervenção constitui o anexo nº 3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. deputado Tiago Rafael Costa para abordar o Relatório de Contas, que dizia respeito ao Tribunal de Contas, visando o período entre 2005 a 2009, um órgão público que publicou o que todos já conhecíamos. No exercício das suas competências dava conta que houve um total desrespeito pelos princípios orçamentais e das regras previsionais da Câmara, ultrapassando os limites do endividamento. Nesse sentido o Tribunal de Contas decidiu recusar a homologação das contas do Município compreendidas nesse período, além de recomendar diversas medidas e comportamentos no sentido de melhoria do desempenho financeiro da Câmara. O Sr. deputado disse também, que era com tristeza que via o nome de Santa Comba Dão ser noticiado pelas piores razões e que os santacombadenses há três anos escolheram um novo Executivo para dar um novo rumo ao concelho, que tinha pautado pelo rigor e transparência financeira e ao mesmo tempo tinha alavancado o crescimento económico. Assim, convidou todos os santacombadenses para continuarem a acreditar nos atuais dirigentes municipais agora e no futuro de modo a continuarem com o desenvolvimento e crescimento económico do concelho.

A última intervenção neste ponto dos trabalhos foi do Sr. deputado Pedro Veloso para perguntar se o sistema de aquecimento da Escola Básica 2,3 do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão já estava a funcionar e caso não estivesse quando estaria funcional. Em seguida aludiu a perda de valências do Tribunal de Santa Comba Dão, dizendo que nos últimos tempos se assistiu entre algumas autarquias e o Ministério da Justiça a negociações para a reposição de algumas valências perdidas no âmbito da anterior organização, deste modo queria saber se o Sr. Presidente da Câmara já tinha tido alguma iniciativa e qual o ponto da situação.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas no período antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente da Câmara começou por felicitar o Sr. deputado Rui Jorge Pereira pelo excelente poema que declamou.

Relativamente às questões levantadas pelo Sr. deputado Luís Artur Pereira em relação às Comemorações do 25 de abril não tinha nenhuma explicação, admitiu que tenha sido uma falha do gabinete e ia ver o que se passou, tendo o Sr. Presidente da Câmara feito um pedido de desculpas pelo que se passou. Relativamente ao posto de turismo disse que tem estado fechado e que só tinha uma pessoa para esse serviço, que estava com alguns problemas de saúde, o que lhe estava a colocar algumas dificuldades. Esta situação também se verificava a outros níveis e setores devido a falta de pessoal. Também, disse estar à espera de uma reunião com o Sr.

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E-mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

Secretário da Administração Autárquica para tentar resolver este problema. Informou que o Posto de Turismo iria mudar para junto do espaço do Cidadão, dentro do mesmo edifício, o que em parte ajudaria à resolução da falta de funcionário. Relativamente ao Monumento aos Heróis do Ultramar também concordava, embora nem sempre estivesse operacional devido aos custos de manutenção, que os serviços não tiveram a devida atenção e iria analisar isso. No que dizia respeito à Ecopista do Dão, o dono da obra era a Câmara Municipal de Viseu. Houve reuniões e feita uma auditoria conjunta com os técnicos dos três municípios e a empresa que efetuou a obra. O empreiteiro tem vindo a comprometer-se fazer as devidas reparações, contudo tem havido um sucessivo adiamento das obras por parte do empreiteiro antes de terminar a garantia, por isso estava em débito, não tendo havido mais desenvolvimento em relação à informação aqui prestada acerca do empreiteiro. Em relação à Ecopista vir até ao Largo da Estação, que foi inaugurada em 2012, o Sr. Presidente disse não se lembrar de nenhum deputado do PPD/PSD do anterior executivo ter reclamado que a Ecopista deveria ter começado no Largo da Estação. Acrescentou que estava a ser feito um trabalho intenso com as Infra-estruturas de Portugal e neste momento, existia uma minuta de protocolo pronta a assinar, estando o projeto feito e o Sr. Presidente estava a aguardar uma reunião com o conselho de administração.

Passando às questões colocadas pelo Sr. deputado Marco Varela, disse que o Executivo estava a acompanhar a situação e a manifestar a posição do Executivo. Relativamente à questão da Radioterapia estava solidário com todos as iniciativas que estavam a ser feitas.

Em relação às perguntas feitas pelo Sr. deputado Pedro Veloso, sobre o aquecimento da EB2,3 disse que o Município estava a acompanhar a situação. Quando a Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas colocou este problema foi logo transmitido à Delegada da DGEST que por sua vez o colocou superiormente. O sr. Presidente disse que pediu uma reunião com o anterior Secretário de Estado da Educação no sentido de tentar resolver o problema, mas que não teve sequência. Também já o colocou ao atual Secretário de Estado. O sistema não funcionava por uma questão de precaução, para não haver nenhum acidente. Também referiu que o assunto foi noticiado devido à vinda de um deputado da Assembleia da República e por alguns equívocos a que o Município era alheio, mas achava que o assunto estava resolvido. No que concerne à perda de valências do Tribunal de Santa Comba Dão, lembrou que foi uma medida do anterior Governo do PSD, contra a qual o Partido Socialista foi contra. Foi feita uma reunião na Câmara do Carregal do Sal, para tomar uma posição conjunta sobre o assunto. Pediu à representante dos advogados do concelho, Dra. Graça Contente, que fizesse um conjunto de reivindicações que foram devidamente encaminhadas. Tem estado a acompanhar o assunto com o Ministério, mas ainda não há nenhuma definição em concreto do que vai acontecer.

Passando à intervenção feita pelo Sr. deputado Tiago Costa, disse que o relatório do Tribunal de Contas no fundo era o confirmar de um conjunto de questões que sistematicamente foram levantadas ano após ano e a manifestação de descontentamento contra o que foi acontecendo e que os deputados e vereadores do PS foram na altura acusados de maledicência e de oposição. O grave foi o facto de o Tribunal de Contas ter junto cinco contas de gerência o que obrigou a pagar de uma só vez trinta e tal mil euros de emolumentos, a outra má notícia foi a não homologação das contas do Município.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que o Sr. deputado Luís Artur Pereira talvez tivesse alguma razão, mas costumava vir na comunicação social e no site da Câmara o convite à população e que se lembre nos anos anteriores não tem havido convites pessoais e fazia parte da política e do dever de cidadania, estarem presentes nestas celebrações, no entanto dava o aval à reclamação.

Foi dada a palavra ao Sr. deputado Luís Artur Pereira para fazer um esclarecimento, dizendo que no ano anterior todos os deputados receberam mensagem por telemóvel, um convite dirigido aos deputados para a cerimónia das Comemorações do 25 de abril. O Sr. Presidente da Câmara disse que o Sr. deputado tinha razão e o Sr. Presidente da AM disse que também lhe tinha dado razão mas não tinha ideia de receber a mensagem, sendo um dever cívico estarem presentes nas celebrações.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

I I- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2016;

Na apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2016, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo treze votos do PS, nove do PPD/PSD e um do CDS/PP

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Presidente da Câmara que nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou a informação sobre a atividade do Município e da situação financeira do mesmo compreendido entre o período de vinte e dois de fevereiro e vinte e dois de abril de 2016.

Relativamente à informação financeira o Sr. Presidente da Câmara disse que no controlo orçamental a vinte e dois de abril, todos os compromissos fixos já estavam considerados até ao final do ano e não se podia comparar com o ano anterior porque o mesmo não foi feito. Também sublinhou que o IMI iria trazer uma diminuição significativa das receitas o que poderia comprometer o plano do Executivo, assim que tivessem valores concretos levariam essa informação aos organismos devidos, pois era uma preocupação.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Foi dada a palavra ao Sr. deputado Marco Varela que começou por dizer que era com grande satisfação que recebiam a notícia da instalação de uma unidade industrial no concelho, quer do investimento, quer da capacidade de criação de emprego e cuja intervenção constitui o anexo nº 4 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Rui Jorge Pereira para questionar sobre a falta de aquecimento nalgumas escolas do nosso concelho e cuja intervenção constitui o anexo nº 5 desta ata e dela fazendo parte integrante. Depois o Sr. deputado Rui Jorge referiu que temos de aproveitar o valor que o turismo traz para este concelho e que era uma pena não haver empresários que o rentabilizassem. Que a Senhora da Ribeira era uma sala de visitas e era uma pena os acessos e o parque de estacionamento não serem melhores. Havia que encontrar sinergias e focar a atenção no turismo porque estava mal aproveitado.

O Sr. deputado Rui Jorge disse ainda que estava plenamente de acordo com as linhas programáticas do Executivo e cuja intervenção constitui o anexo nº 6 desta ata e dela fazendo parte integrante. Por fim o Sr. deputado lançou o repto para que no Dia do Município do próximo ano, se possa celebrar o dia do escritor concelho, seria uma maneira de lembrar a importância que o dom da escrita tinha.

O Sr. Presidente da AM disse que comungava da opinião do Sr. deputado Rui Jorge sobre o turismo e que certamente a Câmara iria tomar conta desses assuntos.

Depois tomou a palavra o Sr. deputado Luís Nunes que relativamente a alguns eventos mencionados na atividade do Município, questionou o Sr. Presidente da Câmara de um modo objetivo se existia algum plano de comunicação minimamente estruturado que fosse utilizado pelo Executivo, que contemplasse a divulgação pública de qualquer evento promovido pela Câmara Municipal e de convites a entidades e instituições para momentos de interesse municipal, considerando que o respeito institucional e o bom senso assim o exigiam. Perguntou também se estavam definidos alguns critérios no âmbito da comunicação institucional que determinassem por exemplo se uma cerimónia possuía interesse suficientemente relevante para justificar um convite formal a membros eleitos desta assembleia ou a presidentes de junta de freguesia, ou era simplesmente

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E-mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito de uma forma avulsa e que se fosse esse o caso poderia levar a que ocorressem falhas que a seu ver eram indesejáveis. Também gostava de ver esclarecido dentro do possível, de que forma ocorria a comunicação entre os presidentes de Junta e o Executivo na gestão daquilo que eram as intervenções às juntas de freguesia que necessitavam do apoio logístico da Câmara Municipal. Questionando ainda se até à data essa forma de comunicação escolhida tinha sido eficaz, parecendo-lhe central que para uma adequada operacionalização entre os serviços da Câmara e as Juntas de Freguesia esses agentes deviam estar em plena sintonia.

Foi dada a palavra à Sra. deputada Edite Cruz para se referir aos resultados positivos ao desenvolvimento económico e preocupação com o bem estar dos cidadãos por parte deste Executivo e cuja intervenção constitui o anexo nº 7 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Começou por responder ao Sr. deputado Marco Varela, dizendo que em relação à empresa Sabgal acautelaram todas as questões que eram do conhecimento do Executivo. Ofereceram condições idênticas às dos outros concelhos, mas que uma das mais valia estratégicas oferecidas era a localização do nosso concelho. Foi uma negociação difícil. A empresa ainda não tinha adquirido nenhum terreno, só o fez depois da operação de charme por parte do Executivo, e resolveu instalar-se no nosso concelho. No contrato ficaram salvaguardados os terrenos, se a empresa no prazo de três anos não estiver a laborar reverterem de novo para o Município. Também existe a obrigação perante o IAPMEI de no prazo de seis meses, dez por cento da obra estar edificada, assim como as obras de terraplanagem ficarem a cargo da unidade industrial.

Passando para as questões levantadas pelo Sr. deputado Rui Jorge Pereira o Sr. Presidente da Câmara disse o que podia fazer para resolver o assunto do aquecimento era pressionar até onde fosse possível e que a responsabilidade era do Ministério da Educação. Depois disse que na área do turismo, em que o Sr. deputado disse não haver empresários que invistam, em junho ia abrir uma unidade hoteleira, o Solar do Morgadio, onde foi feito um investimento muito elevado na requalificação do edifício do solar. Relativamente à Senhora da Ribeira houve a intervenção possível e este ano voltava a haver uma requalificação de mais espaço para o bem estar dos utentes, mas muitos dos terrenos na sua maioria eram particulares. Existia um Plano de Pormenor aprovado que tinha uma contingência muito grande, tudo o que fosse edificado tinha de ser considerado alojamento turístico, o que no seu entender não é muito bom. O Sr. Presidente da Câmara disse que não concordava com o Sr. deputado quando dizia que os acessos eram maus e não podia haver intervenções que ferissem o espaço enquanto natureza. Referiu que o desafio deixado pelo Sr. deputado Rui Jorge Pereira relativamente à comemoração do Dia do Escritor Concelhio no Dia do Município era interessante e que seria uma ideia para analisar com mais cuidado.

Em seguida respondeu ao Sr. deputado Luís Nunes que além de estar satisfeito com o que estava a decorrer, estava consciente de que existiam algumas falhas e que as coisas nem sempre decorriam como desejavam. O Executivo estava limitado com a equipa que tinha à volta. Enquanto as Câmaras dos concelhos vizinhos tinham presidente e três vereadores a tempo inteiro a Câmara de Santa Comba Dão tinha um presidente, um vereador a tempo inteiro e um vereador a meio tempo e que isso tinha a ver com a diminuição de custos. Que todos estavam a sofrer com o desgaste ao fazer este tipo de trabalho. O Presidente da Câmara não tinha chefe de gabinete nem secretário, sendo um funcionário que fazia esse papel, assim com os vereadores que também não tinham secretários. Ao nível do que consideram importante nas comunicações existiam algumas falhas, como foi o caso do 25 de Abril e naturalmente existia um plano de comunicações que estava estabelecido. Infelizmente a pessoa que secretariava o Presidente de Câmara tem estado com problemas de saúde e isso propiciava a que existissem falhas de comunicações e por isso o Sr. Presidente da Câmara pediu desculpas. Depois referiu que a forma como existia a comunicação entre o Executivo e os Presidentes de Junta de Freguesia era feita entre o gabinete telefonicamente ou por e-mail, sendo as questões a tratar encaminhadas para os serviços.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

2.3- PROJETO DE REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORIFICAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o projeto em causa.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão, e como nenhum deputado se inscreveu colocou o documento em apreço a votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade dos vinte e três votos, sendo treze votos do PS; nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.4- MINUTA DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ROTA DA ESTRADA NACIONAL 2 = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ROTA DE ESTRADA NACIONAL 2. APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

Foram abertas as inscrições para debate e foi dada a palavra ao Sr. deputado Rui Jorge para dizer que era preciso estarmos integrados em associações para que muitas vezes pudéssemos fazer valer as nossas pretensões. Que o CDS/PP ia votar favoravelmente a participação do Município de Santa Comba Dão na Associação de Municípios da Rota de Estrada Nacional 2, já que o propósito subjacente à existência desta associação podia vir a ser benéfico a médio prazo para o nosso concelho já que visava o desenvolvimento turístico e promovia a economia e a cultura dos Municípios que foram atravessados pela antiga EN2. No entanto, nos dois pratos da balança tinha de se ver o montante anual a que o Município ficava obrigado e do outro lado, as vantagens para o concelho resultantes da integração na associação supracitada. Que estaria atento ao desenvolvimento posterior e iria analisando pormenorizada e criticamente tudo o que se vier ou não a fazer. Que até esta data quinze municípios já aderiram a esta associação o que revelava toda a sua potencialidade e esperava para ver.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. deputado que todos tínhamos uma esperança na mais valia desta associação. Em relação aos custos iriam ser decididos e aprovados na Assembleia Geral. Todos tinham uma palavra a dizer e se as coisas não correspondessem as nossas expectativas éramos livres de sair.

De seguida o Sr. Presidente da AM colocou o documento em apreço á votação. A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade dos vinte e três votos, sendo treze votos do PS, nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.5- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015, E AINDA A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL E RESPATIVAS AVALIAÇÕES DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os documentos de Prestação de Contas de 2015. Dizendo que o comportamento geral de receitas próprias continua a ser positivo .

Foi aberto o período para as inscrições para a discussão.

Tomou a palavra o Sr. deputado Marco Varela cuja intervenção constitui o anexo nº 8 desta ata e dela fazendo parte integrante. Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dizer que achava que aquilo que o Sr. deputado disse era o que estava na lei e vinha clarificar o papel da Assembleia Municipal relativamente às contas.

Depois foi dada a palavra ao Sr. deputado Rui Jorge para dizer que o esclarecimento foi oportuno e relevante e que os deputados muitas vezes não estão dentro do assunto. Neste caso parabenizava o Executivo por um caminho que nos poderia levar a um bom porto e no seu papel real de fiscalizador, a Assembleia Municipal saber

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E-mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se o dinheiro público é mal ou bem gasto, esperando que o concelho possa conseguir viver melhores dias e todos pudéssemos contribuir para isso.

De seguida interveio o Sr. deputado Luís Artur Pereira, que fez um balanço político dos documentos em apreço, destacando os aspetos positivos e negativos e cuja intervenção constitui o anexo nº 9 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Em seguida interveio o Sr. deputado Alcino Almeida, tendo feito uma análise da prestação de contas e felicitou o Executivo pelo trabalho realizado, cuja intervenção constitui o anexo nº 10 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que deixava um voto de louvor e confiança ao pelouro das Finanças, liderado pela Sra. Vice Presidente e coadjuvada pelos técnicos que coordena, pelo excelente trabalho feito na área financeira do Município, área chave para consolidar as contas do Município.

Na resposta dada à intervenção feita pelo Sr. Luís Artur Pereira, o Sr. Presidente da Câmara disse que ficou estupefacto, dizendo que o Sr. deputado não tinha ouvido ou não tinha atualizado a sua intervenção relativamente ao que tinha sido dito nesta Assembleia, quando o Sr. deputado falava num mau resultado líquido tinha ficado aqui explicado o que levou ao valor do resultado líquido, que naturalmente era mau se não fossem as consequências do passado o resultado líquido não seria este. Não se podia confundir este orçamento com o que foi a dívida do Município. Disse ainda que a conta da dívida dos trinta milhões estava certa. O Sr. Presidente da Câmara disse ainda que o valor da derrama estava certa, pois viram-se as empresas instaladas até 2013. O passado não foi só mau pelo aumento da dívida, mas também pelo trabalho que não vinha a ser feito pelo investimento no concelho.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por maioria de 14 votos, sendo 13 votos a favor do PS, um voto a favor do CDS/PP e 9 abstenções do PPD/PSD.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.6- 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOPS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2016 = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para sucintamente apresentar o assunto, dizendo ainda que tem a ver com a incorporação do saldo de gerência do ano anterior por lado da receita e das despesas

Tendo o Sr. Presidente da AM aberto o ponto a discussão, foi dado a palavra ao Sr. deputado Luís Nunes que se referiu à aquisição do terreno relativo à Extensão de Saúde de S. João de Areias, mas antes disso evidenciou a determinação dos intervenientes na luta pela manutenção do seu funcionamento desde o primeiro momento. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia e o Sr. Presidente da Câmara. Depois disse que a construção de uma nova Extensão de Saúde era uma matéria abordada há muito tempo e que já tinha sido assumida pelo anterior Governo e Executivo Camarário, tendo sido identificada para o efeito a antiga escola básica de S. João de Areias, como a sua localização preferencial, mas não podia estar mais de acordo com a opção de adquirir o terreno contíguo à Junta de Freguesia para a nova construção, pois constituía uma alteração muito positiva em que permitia igualmente o funcionamento das associações que entretanto se instalaram na Escola Básica, de forma precária e por outro lado revitalizar o centro da vila. Que ficava claro a intenção e o empenho deste Executivo Camarário em manter em funcionamento o Centro de Saúde com melhores condições e tinha de felicitar o Sr. Presidente da Câmara pelo empenho. Depois colocou as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara:

Com os atuais dados teria tido a mesma decisão do parecer contrário à da Junta de Freguesia de S. João de Areias, sempre intransigente na salvaguarda dos interesses dos seus habitantes e dos agentes económicos na deslocalização da Farmácia Sales Mano para a localidade de Rojão ou para outra freguesia? Continuava a acreditar que foi o melhor para os habitantes e utentes da atual e futura Extensão de Saúde S. João de Areias? ou na realidade não acreditou que a Extensão fosse construída? .

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que são duas questões distintas, estavam a falar de uma questão de privados e por outro lado o Sr. deputado colocava-lhe a questão se achava a decisão da Extensão de Saúde estava errada, respondia que não. Depois disse que, segundo os dados que possuía, a farmácia triplicou as suas



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receitas e se continuasse no mesmo local corria o risco de fechar. O facto de se instalar a Unidade de Saúde potenciará que haja e articulação e criação de uma para-farmácia com a atual farmácia. Por outro lado a nova localização permitiu à farmácia abranger e servir uma área maior.

Foi de novo dada a palavra ao Sr. deputado Luís Nunes para fazer um pedido de esclarecimento quanto à decisão de deslocalização da farmácia, para dizer que continuava sem entender, se havia um pedido de parecer à Junta de Freguesia, que teve o cuidado de consultar os elementos da Assembleia de Freguesia. Houve uma decisão contrária que poderá ser potenciada com uma para-farmácia, que tanto podia estar ali como no Vimieiro. Continua a não entender a decisão sobre o parecer.

O Sr. Presidente da Câmara clarificou que havia uma intenção clara do proprietário, que estava a ter prejuízo e que não se podiam alhear de uma empresa perder as suas receitas. Que houve da parte da empresa o compromisso de não descurar o Extensão de Saúde de S. João de Areias. Quanto ao parecer o da Câmara Municipal era vinculativo e o da Junta de Freguesia não era.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que nos devemos congratular com a nova Extensão de Saúde de S. João de Areias, pois as populações iriam beneficiar.

Depois colocou o documento em apreço a votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade, sendo treze votos do PS; nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.7- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2015 DA PROFIACADEMUS - ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTA COMBA DÃO, UNIPessoal, LDA, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIACÃO;

Depois de aberto o ponto em apreciação e não havendo pedidos de intervenção o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.8- RELATÓRIO DE LIQUIDAÇÃO E CONTAS DO ANO DE 2015 DA COMBANIMBA, ESPAÇOS MUNICIPAIS, EM LIQUIDAÇÃO = APRECIACÃO;

Depois de aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.9- RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO 2º SEMESTRE DE 2015 (ALÍNEA D) DO Nº2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº73/2013, DE 03 DE SETEMBRO; APRECIACÃO;

Depois de aberto o ponto a discussão e não havendo pedidos de intervenção o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

2.10- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU= PEDIDO DE TOMADA DE DECISÃO DA CRIAÇÃO DE CENTRO ONCOLÓGICO COM UNIDADES DE RADIOTERAPIA E DE MEDICINA NUCLEAR NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dizer que a luta que o distrito de Viseu está a fazer para ver se consegue uma Unidade de Radioterapia para que os doentes que necessitam desse tratamento evitem deslocar-se para outros locais, muitas vezes com sobrecarga de trabalho, seria oportuno que a Assembleia Municipal de Santa Comba Dão apoiasse a moção da Assembleia Municipal de Viseu.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O grupo parlamentar do Partido Socialista apresentou uma moção de apoio que foi lida pelo Sr. Presidente da AM em substituição, dizendo que deveria ser um serviço público a que todos os cidadãos que necessitassem deveriam ter acesso e cuja intervenção constitui o anexo nº 11 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois foi dada a palavra ao Sr. deputado Rui Jorge Pereira para dizer que precisava desses serviços, pois tinha de se deslocar de tempos a tempos a Coimbra e se houvesse na capital de distrito um serviço destes com qualidade seria bom, pois as deslocações seriam mais fáceis a Viseu.

Após as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade, sendo treze votos do PS; oito votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP, estando ausente da votação o senhor deputados Fernando Cruz

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

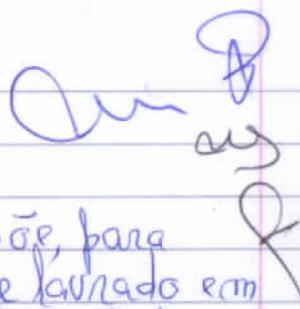
No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém queria intervir.

Neste ponto não houve intervenções por parte do público.

A minuta da ata após ter sido lida em voz alta foi posta á votação. Foi aprovada por unanimidade ,sendo treze votos do PS; nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas treze horas e trinta minutos, da qual e para constar se lavrou a presenta ata que vai ser assinada pela Mesa.

CDS-PP



O grupo parlamentar do CDS-PP propõe, para aprovação por esta digna Assembleia, que fique lavrado em ata, um voto de pesar pelo falecimento do ilustre cidadão, senhor Engenheiro António Galvão Lucas, ocorrido recentemente, exemplo flagrante de probidade, de ação cívica e social e de artista ímpar, nos domínios da poesia, da Literatura e da Composição Musical e que muito contribuiu, ao longo da sua breve existência, para o enriquecimento cultural deste Município e que dias antes da sua morte assumiu a atitude de doar à Câmara Municipal de Santa Comba Dão exemplares de cada um dos seus livros de poesia já publicados, para serem distribuídos pela rede de Bibliotecas existentes na área do nosso Município.

Propõe igualmente, que deste ato se dê conhecimento à família do senhor Engenheiro António Galvão Lucas.

Obrigado!

Santa Comba Dão, Dia 30 De Abril De 2016

O líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Rui Jorge Gonçalves Da Silva Pereira



Sr. Presidente da Assembleia
Sr. Presidente de Câmara
Sr. Deputados
Sr. (a) Vereadores
Caríssimo público
Comunicação Social

Gostava de congratular e endereçar os parabéns a dois santacombadenses, ao nosso conhecido José Rui Cruz que assume as funções de deputado na assembleia da republica função já ocupada entre 2009 e 2011, João Nunes Mendes filho de Orlando Mendes um nosso ex-presidente, ocupa agora a presidência das águas de Portugal sendo uma das suas principais funções assumidas a secretario de estado do planeamento entre 1999 e 2002 com a enorme responsabilidade da gestão dos fundos comunitários.

Hoje é com enorme orgulho e também com uma consciência tranquila quando a sensivelmente dois anos e meio apoiei a candidatura do Dr. Leonel a Presidente de Câmara foi umas das decisões mais acertadas que tomei.

Em 2013 aquando da tomada de posse do atual executivo, o pior confirmou se dívidas atrás de dívidas, cada vez mais as faturas por pagar apareciam do nada, funcionários a serem levados para as frentes de trabalho onde material e ferramentas mecânicas para poderem trabalhar não existia, o panorama era como se a escuridão da idade média estive se a cobrir o nosso concelho, desde de máquinas sem rodas em cima de quatro ceptos, veículos com importância extrema para a limpeza do nosso concelho avariados por falta de dinheiro para reparação, enfim um verdadeiro caos.

Mas com coragem trabalho e dedicação deste executivo, somos agora um concelho quase recuperado, o parque automóvel encontra se praticamente operacional o investimento começou a ser feito anteriormente os funcionários para podar as arvores tinham que andar com a total falta de segurança pendurados nas pás das maquinas, foi adquirido uma plataforma elevatória para poderem executar corretamente estes e outros trabalhos um pequeno grande exemplo da constante preocupação diária do executivo em otimizar processos operacionais.

Fiquei ainda mais confiante depois de ler na primeira pagina do jornal do centro que iria ser criado em Santa Comba Dão 80 postos de trabalho, o contentamento foi enorme o nome de Santa comba dão aparecia ligado a uma noticia positiva, coisa rara, pois sabemos que o habitual era aparecer ligada a dívida multas, policia judiciária noticias típicas do jornal O Crime.

Certamente que este discurso será justificado por alguns o facto de estarmos a um ano e meio das eleições, mas todos temos que lembrar aos santacombadenses que o nosso concelho só desenvolve e cresce quando os candidatos apoiados pelo partido socialista ganham as eleições.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores,
Caros colegas Deputados Municipais
Excelentíssimo Público
Comunicação Social

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- **VIA DOS DUQUES, UMA PROPOSTA DE MELHORIA DO IP3**

Ainda relativo a este projecto:

Para clarificar esta matéria, uma vez que na última AM, o Sr. Presidente levantou algumas dúvidas, envio em baixo links de notícias onde poderá confirmar que efectivamente este projecto estava numa fase avançada. A Infraestruturas de Portugal (IP) recebeu 11 propostas no âmbito do concurso lançado para a elaboração do estudo prévio da Via dos Duques, entre Coimbra (nó da Ceira) e Santa Comba Dão (IC12), sendo que o valor do investimento no projecto está estimado de cerca de 320 milhões de Euros sem recurso ao contribuinte quer a financiar que a manter.

http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/ip_recebe_11_propostas_para_estudo_previo_da_via_dos_duques.html

http://www.infraestruturasdeportugal.pt/sites/default/files/apresentadas_propostas_para_elaboracao_de_estudo_previo_para_a_via_dos_duques.pdf

<http://www.anteprojectos.com.pt/concurso/4813/estudo-previo-a-13-via-dos-duques-lanco-coimbra-no-de-ceira-st-comba-dao-ic12/>

Sendo este dossier de extrema importância para a região e para Santa Comba Dão em particular, com os benefícios evidentes para a melhoria das condições de vida dos Santacombadenses e melhoria do desempenho económico do seu tecido empresarial, esta

bancada e a CPS do PSD em articulação com as CPS's dos concelhos do Sul do Distrito (Tondela, Santa Comba Dão, Carregal do Sal e Mortágua), tomou a liberdade de elaborar uma moção conjunta com vista à agregação de esforços e assim sensibilizar o actual governo sobre a necessidade e importância deste equipamento para a região.

Assim gostaríamos desde já, de lançar o desafio ao executivo em funções e à bancada do PS para se juntarem a esta moção, pois acreditamos, que juntos teremos certamente outra força junto da tutela.

• **RADIOTERAPIA PARA VISEU**

O Ministro da Saúde, em audição na 9ª comissão, confrontado com uma pergunta de um Deputado PSD de Viseu, reconheceu que estará para breve a instalação de uma unidade de radioterapia no centro Hospitalar Tondela-Viseu.

Em resposta concreta à questão, o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, reconheceu, ainda, a existência de vários estudos relativos à necessidade de se instalar mais uma unidade de radioterapia na Região Centro. Desses estudos, o Secretário de Estado reconheceu e destacou o efetuado pela Entidade Reguladora da Saúde, em 2012, como o mais credível e que indica Viseu como a melhor localização pelo que, em consequência, estará para breve a aprovação da instalação aí dessa unidade de radioterapia.

Nesse sentido, o que gostaríamos de saber é o seguinte:

1. Confirma ou desmente esta tomada de posição da tutela? Certamente o Sr. Presidente disporá de dados importantes.
2. Para quando prevê o Governo concretizar a decisão da instalação da unidade de radioterapia em Viseu?
3. A instalação desta unidade é isolada ou está integrada num centro oncológico?

Muito obrigado pela vossa atenção

Santa Comba Dão, 30 de Abril de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,

Marco Varela



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Águeda IV

Caro B

AVISO Nº 17/11

alg
f

! NÃO OPAT

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores,

Caros colegas Deputados Municipais

Excelentíssimo Público

Comunicação Social

PONTO 2.2 INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:

DOSSIER SABGAL:

Consultada a internet (sitio do município de Vouzela com a data de 28/10/2014) é anunciado que a Sabgal irá criar no prazo de 4 anos 80 a 100 postos de trabalho. Foi ainda possível também consultando o jornal notícias de Vouzela, edição de 20/11/2014, referências à mesma empresa.

De outras fontes consultadas na internet, foi possível também perceber que a empresa em referencia foi constituída em maio de 2014 com sede social em Águeda, alterou a mesma passado um ano para a Zona industrial do monte do cavalo em Vouzela e em 31/03/2015 apresenta nova alteração para a zona industrial das Lameiras em Santa Comba Dão.

Assim gostaríamos de questionar o Sr. Presidente sobre o seguinte:

- Esta empresa consultou de facto outros concelhos?
- Se sim, porque não se instalou nesses mesmos concelhos, ou melhor, qual a razão de não ser aceite nesses concelhos?
- Quais as garantias dadas pela empresa para a sua instalação em Santa Comba Dão?
- Foram acuteladas por parte do município contrapartidas com a empresa? Se sim, quais?

Gostaríamos que o executivo nos desse acesso a este dossier de forma a analisar o processo, nomeadamente o estudo económico enviado ao IAPMEI!

Pelo Grupo Parlamentar,

Marco Viana

(ARENAS 48 h após Pedido)

NOTA PRÉVIA:

- TIAGO COSTA!
- PERDA VALÊNCIAS DO TRIBUNAL → FAZ PARTE DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO (PRESENTE NA AR) e QUE A SUA REVERSÃO TERIA CUSTAS e VALÊNCIAS COMO A COMISSÃO EUROPEIA IRÁ REAGIR A ISSO!

PONTO 2.3. INFORMACÃO DO PRESIDENTE:

DOSSIER SAGCAL:

Consultada a internet (site do município de Veneza em 28/10/2014) é anunciado que a Sagcal irá criar no prazo de 4 anos 80 a 100 postos de trabalho. Foi ainda possível também consultar o jornal noticiário de Veneza, edição de 20/11/2014, referências à mesma empresa.

De outras fontes consultadas na internet, foi possível também perceber que a empresa em referência foi constituída em maio de 2014 com sede social em Águeda, através a mesma pessoa em sua parte a Zona Industrial do monte do cavale em Veneza e em 31/03/2015 apresenta nova alteração para a zona industrial das Lameiras em Santa Comba Dão.

Assim gostaríamos de questionar o Sr. Presidente sobre o seguinte:

- Esta empresa consultou de facto outros concelhos?
 - Se sim, porque não se instalou nesses mesmos concelhos, ou melhor, qual o razão de não ser aceite nesses concelhos?
 - Quais as garantias dadas pela empresa para a sua instalação em Santa Comba Dão?
 - Foram recebidas por parte do município compensações com a empresa? Se sim, quais?
- Gostaríamos que o executivo nos desse acesso a este dossier de forma a analisar o processo, nomeadamente o estudo económico enviado ao

IAI/MEH

Pelo Grupo Parlamentar

Marco António

(antes do dia 10/11/2014)

CDS-PP



Uma notícia vinda a lume recentemente no Diário de Viseu, dava conta que dois deputados do CDS/PP, pelo Círculo de Viseu, tinham interpelado o Ministério da Educação relativamente à falta de aquecimento em salas de aula, malquomas escolas do mesmo agrupamento.

Outra força partidária, o Bloco de Esquerda, interessou-se igualmente pelo assunto, fazendo, inclusive, deslocar um dos seus deputados até Santa Comba Dão, a fim de se inteirar "in loco" da situação, mas, por motivos imprevistos, não conseguiu ser recebido, pelo mesmo, da primeira vez) por quem de direito.

Nós temos todo o direito de saber em que ponto está este problema, porque aqui não há "ghettos" e, nós, deputados, eleitos democraticamente pelo povo, não somos uma força do centro; somos uma força, isto sim, para ajudar e encontrar - o mais depressa possível - as soluções mais eficazes para os problemas que possam surgir na vida dos munícipes.

Santa Comba Dão, Dia 30 De Abril De 2016

O líder do Grupo Parlamentar Do CDS-PP

Rui Jorge Gonçalves Da Silva Pereira

CDS-PP

Estamos plenamente de acordo com as linhas programáticas prioritárias no que concerne à ação governativa do Executivo: 1º - Redução do endividamento e consequentemente estabilização da situação financeira; 2º - Dinamização cultural e social do concelho; 3º - Captação de investimento.

Mas uma coisa é o que está escrito e outra (por vezes, bem diferente da primeira) é a realidade. Mas, para bem do nosso concelho, esperamos sinceramente que as intenções não se fiquem só pelo papel: por exemplo, que se concretize a instalação de uma unidade industrial da área alimentar, na zona industrial das Lameiras; as reuniões com os operadores turísticos locais deem fruto, já não digo a curto, mas, pelo menos, a médio prazo, tanto nas áreas da cultura como da hotelaria, da gastronomia, do alojamento, dos produtos endógenos ou turismo aventura/maturaleza.

Há uma enumeração exaustiva de outros projetos, dos quais merece referência especial o que se prende com a edificação da Unidade de Saúde de São João de Azeitão, em colaboração com a ARS - Centro.

Associações, juntas e União de Freguesia, Instituições e Agrupamento de Escolas têm sido parceiros privilegiados para a realização de iniciativas de natureza diversa, o que revela toda a sua dinâmica.

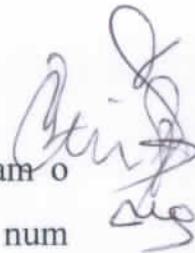
Merecem destaques especiais a singular homenagem prestada a título póstumo ao senhor Engenheiro Galvão Lucas, efetuada no pretérito dia 22 de abril; o lançamento do livro "100 Anos da História: 1915-2015 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão" da autoria de José Morais Bramquimbo e João Nunes, evento associado às comemorações dos 42 anos do 25 de abril e a realização da Comemoração "Lago Azul" pretendendo, se assim, consciencializar a comunidade para a importância dos maus tratos na infância; para o papel, cada vez mais interventivo, da Uni-

versidade Sémios, bem patente na sua participação na "Semana da leitura Comalbia"; para as iniciativas levadas a efeito pela Filarmónica de Santa Comba Dão, CMAD, etc, etc.

Santa Comba Dão, Dia 30 De Abril De 2016

O líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Rei Jorge Gonçalves Da Silva Pereira



Assembleia Municipal 30-04-2016

Acabamos de assistir a uma apresentação de resultados positivos que anunciam o virar de uma página por demais conhecida, com a qual fomos confrontados num cenário que ultrapassou pela negativa as expectativas mais pessimistas. Não só a situação de catástrofe financeira que nos foi legada constituiu um pesadelo para o executivo do partido socialista, como também, a longa trajetória de decisões destrutivas que condicionaram todo o processo de desenvolvimento local e colocaram em causa a capacidade da autarquia de Santa Comba Dão em honrar a curto e médio prazo, os seus compromissos.

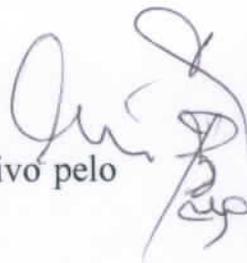
Compreender como tem sido possível governar o município nestas condições, não estará com certeza ao alcance de todos. Após mais de dois anos de governação em constante sufoco é graças a uma boa gestão que se tem conseguido inverter o percurso marcado pela má gestão anterior.

Este executivo tem demonstrado ao longo do tempo a capacidade em distinguir o fundamental, do normal, do acessório, do casuístico e do supérfluo. Só assim se justifica a redução da dívida em quase 4 milhões de euros, a recuperação da confiança dos fornecedores e a consequente imagem do município, assim como, o retomar do desenvolvimento económico do concelho.

Temos assistido a uma governação autárquica focada na resolução dos graves problemas económicos herdados não descurando a preocupação com o bem estar comum dos santacombadenses, no presente e no futuro, demonstrando total disponibilidade, competência e sensibilidade social, entre outras capacidades. Estamos a viver um tempo novo em que a governação da nossa autarquia tem sido norteadada, pelo princípio da legalidade, pela observância de comportamentos pela proporcionalidade, responsabilidade e transparência. A vivência deste tempo novo tem sido marcada eficácia e eficiência no sentido de passar das palavras e dos lindos discursos de circunstância, aos atos, deixando para trás o tempo em que as promessas, contratos e protocolos acordados com as juntas de freguesia, associações e outras entidades do concelho eram colecionados e arrumados em prateleira. Já lá vai o tempo em que o celebre “porco no espeto” servia para mascarar uma atitude político

demagógica do discurso eleitoralista visando demagogia popular enganosa.

Em nome do grupo parlamentar do partido socialista felicito o atual executivo pelo bom trabalho desenvolvido

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname, possibly "José Augusto".



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores,
Caros colegas Deputados Municipais
Excelentíssimo Público
Comunicação Social

PONTO 2.5 APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015:

Tendo sido suscitado pelo Sr. Vereador João Onofre na última reunião de Câmara, uma questão relativa à obrigatoriedade de subscrição de uma declaração de responsabilidade prevista na resolução 44/2015 de 25 de Novembro é nosso entendimento proceder aos seguintes esclarecimentos antes de entrarmos na discussão dos documentos da prestação de contas.

Assunto: Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referente ao ano Económico de 2015

A propósito de nas sessões das assembleias de freguesias e municipais que agora decorrem serem colocadas questões sobre os relatórios de gestão e contas. E no sentido de contribuir para a clarificação das competências das assembleias nesta matéria - apreciação e deliberação sobre as contas

A aprovação do relatório e das contas de gerência do município que é considerada pelas pessoas como equivalente à aprovação do plano e do orçamento anual. Nada de mais errado. De facto o plano e orçamento são preparados pelo executivo que aprova uma proposta em sessão de Câmara (art. 33 nº 1 alínea c) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) e que a submete em seguida à Assembleia municipal que os aprova ou recusa (art. 25 nº 1 alínea a) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) mas

sem poder modifica-los, embora possa apresentar sugestões, as quais não são vinculativas mas servem em caso de recusa para elucidar o executivo sobre o que deve fazer se quiser obter a aprovação do plano e do orçamento (art. 25 nº 3 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro).

Ao contrário e no que diz respeito ao relatório anual e as contas, se ler com muita atenção a lei, verificará que é a câmara que aprova as contas (art. 33 nº 1 alínea i) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) e que a Assembleia aprecia e delibera sobre as contas mas não as aprova (art. 25 nº 2 alínea l) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro).

Nem fazia sentido aprová-las porque a execução está terminada e a aprovação não teria o efeito prático que tem no caso do plano e do orçamento, em relação aos quais constitui uma autorização para realizar receitas e despesas dentro dos moldes inscritos no plano e orçamento.

Já sei o que devem estar a pensar, mas então para que serve a Assembleia municipal pronunciar-se sobre as contas? A Assembleia municipal sendo um órgão de fiscalização político pronuncia-se sobre o mérito da execução, como o faz um conselho fiscal de uma empresa. Ela verifica se as previsões do orçamento correspondem à execução e pronuncia-se se verifica desvios grandes entre a previsão e a execução. Ela pronuncia-se sobre o relatório que explica a execução e pode criticar ou louvar os resultados obtidos pela gestão.

~~Em suma, a Assembleia municipal pode criticar a gestão e quando as contas são enviadas ao Tribunal de Contas este vai tomar na devida conta a deliberação da Assembleia que se pronuncia sobre as contas.~~ Em suma, a Assembleia municipal pode criticar a gestão e quando as contas são enviadas ao Tribunal de Contas este vai tomar na devida conta a deliberação da Assembleia que se pronuncia sobre as contas. De notar que a lei obriga a respeitar o prazo de envio das contas ao Tribunal de Contas mesmo que até essa data não exista deliberação da Assembleia municipal sobre as contas. Só isto, mostra que o parecer da Assembleia municipal não é indispensável à apreciação das contas por este Tribunal, embora naturalmente tenha a sua relevância.

Mas porque é importante este parecer para o Tribunal, embora não seja indispensável?

Porque o Tribunal de Contas é o único Tribunal com competência para apreciar o mérito da gestão e não apenas a sua legalidade como acontece com os outros Tribunais.

Ele pode criticar a oportunidade de uma despesa e até o seu mérito, porque está não sua funções procurar obter a melhor gestão da "coisa publica" e é precisamente por isto que a apreciação da Assembleia municipal sobre as contas pode ajudar o Tribunal a aperceber-se mais depressa do erros de gestão e poder criticar e avisar o executivo e até sancionar os seus membros por uma gestão imprudente ou até desleixada. **É esta a importância do parecer da Assembleia municipal.** Porque é disso que se trata, de um parecer e não de uma aprovação. *Dito isto, e porque o parecer já vai longo, cabe-me terminar e explicar* quais são as consequências práticas da "não aprovação" das contas.

Como a Assembleia municipal não aprova as contas conforme já explicámos, a consequência da não aprovação é zero! Não há consequências. A única consequência prática é a de poder influenciar a decisão do Tribunal de contas sobre a aprovação das contas, o que em linguagem do Tribunal significa dar quitação pelas contas. O que quer dizer que se considera que o executivo utilizou dinheiros públicos durante um ano e que na verificação que o Tribunal faz dessa utilização não aplica sanções e dá quitação. Passa uma espécie de recibo pela utilização regular das contas. Nem sempre isto acontece. Podem ser aplicadas coimas as responsáveis pela execução (regime sancionatório) e pode mesmo ser exigida a reposição de verbas indevidamente gastas (regime reintegratório), o que leva naturalmente a um acerto da conta de gerência pelo dito Tribunal e nesta caso não dá quitação aos responsáveis pela execução.

Uma pequena aula sobre finanças públicas, espero que tenha gostado e sobretudo que tenha entendido o alcance do parecer que a Assembleia municipal aprova sobre o relatório e a conta de gerência anual do município. Na Lei 75/2013 que rege o funcionamento dos órgãos autárquicos, poderá confirmar o que acabo de expor.

Muito obrigado pela vossa atenção

Santa Comba Dão, 30 de Abril de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,

Marcelo Vieira

GVF
AG
P



Santa Comba Dão
Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Secretários
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores
Senhores Membros da Assembleia Municipal
Estimado Público
Comunicação Social

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Assunto: Prestação de contas do exercício de 2015

A avaliação política dos documentos de suporte ao encerramento das contas do exercício de 2015, designadamente o balanço, demonstração de resultados e a certificação legal de contas do ROC, permite destacar:

Em sentido positivo registamos:

- Uma significativa diminuição do serviço de dívida (curto prazo e médio longo prazo), na ordem dos 13%, que decorre fundamente de:
 - Aumento de 28% da receita com os impostos directos, que tem como consequência um aumento da carga fiscal sobre os Municípios.
 - Aumento das transferências correntes do Estado (3%).
 - Empréstimos do PAEL e ATU, que se situam nos 15.737.927,02 €, contrariando de forma evidente os 30 milhões de Euros a que o Executivo se tem referido.
- A diminuição da despesa com aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital, diminuição esta, que ocorre desde desde 2010.

Em sentido negativo, registamos:

- O mau desempenho dos resultados líquidos do exercício de 2015, com um resultado negativo de 5.324.375,23 €, que traduz um aumento de 187%; resultados operacionais negativos de 5.015.395,49 €.
- A não regularização das reservas apontadas pelo ROC na certificação legal de contas desde 2013 e, com reflexos no Activo e Fundos Próprios do Município.
- A ligeira diminuição da despesa com pessoal, mantendo-se próxima dos 2,5 milhões de euros, valor que irá certamente aumentar no exercício de 2016, com a normalização da reposição dos vencimentos dos funcionários públicos.
- O forte acréscimo da despesa com “passivos financeiros” e “transferências de capital”.
- A redução acentuada da derrama. Este é um indicador preocupante, não só pela diminuição de receita mas especialmente pela sua origem: a redução da actividade económica no Concelho.

Pesando os aspectos positivos e negativos do exercício e, em particular, o facto de o ajustamento se estar a fazer pela via do aumento da receita e não tanto pela diminuição da despesa, com as consequências que daí advêm para a vida económica do Concelho, o voto da bancada do PSD é a abstenção.

Santa Comba Dão, 30 de Abril de 2016

Pelo Grupo Parlamentar,



Luís Pereira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30 de Abril 2016

Ponto 2.5- Ordem do Dia

Analisando a Prestação de contas do ano de 2015, e muito sucintamente, uma vez que todos tivemos acesso aos documentos , considero que : a despesa , considerando valores absolutos e tendo como referência os valores executados , indica , diminuição da mesma em despesas com pessoal 1 p.p, aquisição de bens e serviços 20p.p, transferências correntes 9 p.p, subsídios 100 p.p, outras despesas correntes 37 p.p, aquisição de bens de capital 8 p.p, ativos financeiros 43.10 p.p, e se o mesmo não se verificou com as rubricas transferência de capital , juros e encargos, e passivos financeiros ,foi devido aos compromissos no âmbito das responsabilidades com as empresas municipais , e aos encargos com os empréstimos e juros entre outros com o PAEL e Reequilíbrio Financeiro.

Sobre as receitas houve um aumento das mesmas nomeadamente das receitas próprias verificando-se um grau de execução orçamental das receitas de 84,61% plasmando uma orçamentação das mesmas mais realista, fruto do trabalho atento e responsável do executivo.

O quadro dos proveitos indica também , claramente um aumento face a 2014 de 3,16% ~~das~~ ~~reservas~~.

Quanto ao endividamento Municipal , verifica-se uma redução de dívida em 15.25 p.p, e do excesso de endividamento em 32.24p.p .

O Total da Dívida a Terceiros , apresenta uma diminuição de 13.18% , sendo a diminuição de 0.11% na dívida de médio e longo prazo e 45.99% na de curto prazo .

Não fora tão grande desequilíbrio herdado por este executivo e o resultado liquido do exercício seria sem dúvida bem diferente do apresentado .

Felicito o executivo da Camara Municipal , pelo trabalho realizado ora apresentado neste ponto , certamente fruto de trabalho sério, transparente e empenhado .

Alcino M C M Almeida

MOÇÃO

Handwritten signature in blue ink, possibly "J. M. C.", with a circled "P" above it.

Handwritten mark or signature in blue ink.

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA CONSIDERA QUE OS CUIDADOS DE SAÚDE PRESTADOS AOS CIDADÃOS NAS DIFERENTES ÁREAS, SÃO DIREITOS ESSENCIAIS A QUE TODOS DEVEM TER ACESSO.

ESTA MOÇÃO VEM REFORÇAR A PRETENSÃO DE SER INSTALADO NO CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, UM SERVIÇO DE ONCOLOGIA COM UNIDADES DE RADIOTERAPIA E MEDICINA NUCLEAR, ASPIRAÇÃO JUSTA, DANDO AOS UTENTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE UM SERVIÇO DE QUALIDADE E PROXIMIDADE, EVITANDO DESLOCAÇÕES A OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE, USUALMENTE A COIMBRA, COM REPERCUSSÕES FÍSICAS, PSICOLÓGICAS E ECONÓMICAS EVIDENTES.

CONSIDERANDO QUE O CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU ABRANGE UMA POPULAÇÃO DE CERCA DE QUINHENTAS MIL PESSOAS E Á QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE QUE PRESTA COM EXCELÊNCIA, A ENTIDADE REGULADORA DE SAÚDE CONCORDA QUE SEJA PREENCHIDA ESTA LACUNA, SENDO INSTALADA ESTA UNIDADE DE RADIOTERAPIA E MEDICINA NUCLEAR NESTA INSTITUIÇÃO.

SANTA COMBA DÃO, 30 DE ABRIL DE 2016

O GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Handwritten signature in blue ink, likely representing the Socialist Party's parliamentary group.